



SENADO FEDERAL

Comissão de Educação e Cultura
58ª Reunião Extraordinária –14/10/2024
Resumo da Audiência Pública Interativa

Finalidade: 8ª Audiência do ciclo de audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

Requerimento relacionado: REQ 62/2024 - CE (Senadora Teresa Leitão - PT/PE, Senadora Janaína Farias - PT/CE). REQ 63/2024 - CE (Senadora Teresa Leitão - PT/PE, Senadora Janaína Farias - PT/CE, Senador Flávio Arns - PSB/PR). REQ 64/2024 - CE (Senador Flávio Arns - PSB/PR). REQ 72/2024 - CE (Senador Zequinha Marinho - PODEMOS/PA, Senador Flávio Arns - PSB/PR, e outros). REQ 83/2024 - CE (Senador Marcelo Castro - MDB/PI, Senador Flávio Arns - PSB/PR).

Projeto de lei relacionado: PL 2614/2024 (Câmara dos Deputados).

Participantes: **Marisa Oliveira de Aquino**, Representante da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil, **Amábil Pacios**, Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e representante do Fórum Brasileiro da Educação Particular (Brasil Educação), **Marcos Raggazzi**, Presidente da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (ABREDUC), e **Arnaldo Cardoso Freire**, 1º Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN).

Marisa Oliveira de Aquino, Representante da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ A Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), representa 357 mantenedoras, 83 instituições de ensino superior, 1.029 escolas de educação básica, 165 obras sociais, 11 hospitais universitários. Possui 110 mil professores, 1,5 milhões de alunos, sendo 300 mil gratuitos.

✓ As metas para o Plano Nacional de Educação - PNE incluem 18 objetivos, 58 metas e 252 estratégias.

✓ As adversidades encontradas no PNE anterior terão de ser consideradas para este novo projeto, havendo a necessidade de melhor empenho do Governo e sociedade.



SENADO FEDERAL

- ✓ O Plano sugere a alocação de 7% do PIB para a educação, com potencial de aumento. Há redução quanto à meta anterior de 10%, sendo esta uma preocupação da ANEC. De acordo com a ANEC, o CAQ definirá os padrões mínimos de qualidade na educação.
- ✓ O PNE pontua a importância de haver vínculo entre as políticas educacionais e demais áreas, tratando da educação inclusiva, políticas educacionais e desenvolvimento econômico e social.
- ✓ O incentivo ao letramento digital e à conectividade nas escolas públicas junto ao fortalecimento da educação infantil e creches é essencial.
- ✓ A extensão do prazo para universalização da pré-escola, poderá atrasar o atendimento integral de crianças na faixa etária de dois e três anos, a meta de atender 60% das crianças em creches é insuficiente.
- ✓ A falta de política nacional na educação de áreas rurais, prejudica o acesso à educação para as comunidades.
- ✓ A educação especial está incluída como política complementar, ao invés do ensino regular.
- ✓ A ANEC critica a ausência do incentivo e apoio às instituições privadas, confessionais, comunitárias e filantrópicas, que historicamente têm desempenhado um papel significativo na formação de educadores.
- ✓ O PNE menciona a valorização dos profissionais da educação, entretanto, não aborda detalhes sobre como será alcançado: estabilidade, formação continuada e remuneração adequada.
- ✓ O percentual de 70% dos professores com vínculo estável via concurso é considerado insuficiente. Dado o histórico da precarização da profissão, a ANEC sugeriu investimento na formação dos professores, com foco nas particularidades de modalidades de ensino, incluindo temas como educação antirracista e educação digital.

Principais recomendações da convidada:

- ✓ A ANEC sugeriu alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e ressaltou insuficiência de detalhes nas diretrizes para garantia a inclusão, causando lesão aos estudantes menos favorecidos e sugere o monitoramento das metas e estratégias. Os ajustes têm como finalidade reduzir a exclusão dos estudantes em situação de vulnerabilidade, atingir a equidade e a progressão do projeto, podendo haver adaptações caso houver necessidade.



SENADO FEDERAL

✓ A ANEC sugeriu um retorno à meta de 10% do PIB para a educação e a implantação do Custo Aluno Qualidade - CAQ como referência nacional para garantir um padrão mínimo de qualidade em todas as escolas.

Marcos Raggazzi, Presidente da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (ABREDUC)

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ Pontuou que a Associação Brasileira de Educação Básica Livre Iniciativa (Abreduc), apesar de ser uma associação jovem, atua atentamente a discussões sobre a qualidade e o desenvolvimento da educação brasileira. A Abreduc representa mais de 250 mil alunos em 24 unidades da Federação.

✓ Destacou a importância do Plano Nacional de Educação (PNE), o qual será transformado em lei e irá reger as ações da educação pelos próximos dez anos.

✓ As experiências do PNE antigo não foram totalmente eficazes em alguns momentos, pois não foram cumpridas todas as metas propostas. É preciso desenvolver de forma significativa, a educação brasileira. O caminho para solucionar tal adversidade está contida na diversidade de papéis, de ações e de oportunidades.

✓ A educação brasileira é um grande elemento da economia e do desenvolvimento da nação, porque fortalece o indivíduo para ser economicamente produtivo, e assim melhora a qualidade de vida aos nossos brasileiros e brasileiras.

✓ Destacou que 18% dos alunos matriculados no Brasil na educação básica estão matriculados na rede privada de ensino.

✓ Destacou a importância da educação básica no PNE 2024-2034 e a necessidade de que as leis sejam exequíveis.

✓ A Abreduc propõe investir na educação. No Brasil, o Portal único de Acesso ao Ensino Superior (PROUNI) é exitosa. O Prouni trouxe a capacidade de desenvolver a nação oferecendo bolsas parciais e integrais para pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade. A Abreduc sugere que haja uma proposta nesse sentido para a educação básica e que o PNE institua um programa Pró-Básico. Esse programa, com regras próprias, visa ampliar o acesso à educação básica.



SENADO FEDERAL

✓ A meta 1 do PNE dispõe sobre a ampliação da oferta de creche, meta proposta para longo prazo devido investimento predial, estrutural e no quadro de pessoas especializadas para ofertar educação de qualidade. Com o Pró-Básico, haverá a possibilidade de implementação de instituições de ensino privado, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos para que de alguma forma disponibilize vagas imediatas para atender o público desassistido.

✓ Com a Reforma Tributária, é importante levar em consideração as dificuldades que a educação privada enfrentará. As escolas de livre iniciativa, com fins lucrativos, sofrerão impactos com a elevada contribuição de impostos, de 9% para 12%. Um estudo desenvolvido pela Abreduc, com a participação de renomados economistas como Pedro Cavalcanti, da FGV, e Bruno Delalibera, da Universidade de Barcelona, revelou que com o aumento da alíquota de 9% para 12% terá um impacto negativo não apenas sobre o setor privado, mas também para o Estado. O Estudo aponta que algumas famílias que atualmente conseguem arcar com o pagamento das mensalidades das escolas privadas, sejam elas com ou sem fins lucrativos serão muito impactadas. Como resultado, o aumento da alíquota para 12% gerará ao Estado um custo adicional estimado em R\$ 8 bilhões, pela migração de alunos do ensino privado para público.

✓ A criação do Pró-Básico proporcionaria às famílias a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, porque os seus filhos seriam atendidos imediatamente, gerando renda e o aumento do Produto Interno Bruto (PIB). O estudo desenvolvido pela Abreduc calcula que haveria o aumento em 0,2%, além do Estado economizaria R\$24,2 bilhões.

✓ Enfatizou a necessidade de adotar caminhos que sejam viáveis, principalmente, aqueles que deram certo anteriormente. Com o Pró-Básico a educação básica será desenvolvida e poderá aumentar a qualidade de ensino e diminuir o custo associado a essa implementação.

✓ Destacou que a implementação do Pró-Básico agregaria para o fornecimento de uma educação de qualidade, principalmente na educação inclusiva. As instituições privadas, sejam elas com ou sem fins lucrativos, atualmente, para poderem oferecerem uma educação especial altamente desenvolvida, e de qualidade, precisam de um investimento significativo, e esse custo recai sobre os pais e a comunidade geral. Com o Pró-Básico, seria possível desenvolver uma educação de qualidade, com uma estrutura eficiente para as crianças garantindo uma real educação inclusiva.

✓ Destacou a importância na atuação do PNE na formação do Sistema Nacional de Educação. Entretanto, a Abreduc enfatiza a necessidade de manter a autonomia



SENADO FEDERAL

preservada no Sistema Nacional de Educação, para que possa ser mais uma via de opção das famílias para o desenvolvimento e a educação dos filhos.

✓ Destacou que o Pró-Básico e a autonomia das instituições privadas podem ser um caminho muito eficiente e eficaz, e que em 2034 ao analisar o PNE haver satisfação na realização das metas atingidas.

✓ Destacou a importância do Sistema Nacional de Educação, que possa ser instituído com primazia e que possa preservar a autonomia das instituições particulares de ensino.

✓ O monitoramento e o acompanhamento periódico das metas do PNE são fundamentais para ajustes de rota, garantindo a eficácia nas ações voltadas à educação.

✓ A diversidade de ações e ideias, incluindo parcerias públicos-privadas, é essencial para alcançar resultados promissores na educação.

Principais recomendações do convidado:

✓ A Abreduc sugere a criação do programa Pró-básico, destacando diversos pontos de melhoria que este programa trará para a educação básica brasileira.

✓ Monitoramento e acompanhamento periódico das metas do PNE para garantir a eficácia das ações.

Amábele Pacios, Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e representante do Fórum Brasileiro da Educação particular (Brasil Educação)

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ O PNE possui uma vantagem ao abranger diferentes níveis de educação, como infantil, fundamental (séries iniciais e finais), ensino médio e superior. Isso permite a discussão de cada segmento dentro do plano.

✓ Embora o Fórum Brasileiro da Educação Particular (Brasil Educação) não tenha tido participação nas conferências municipais, estaduais e nacional sobre a construção do novo PNE, a estrutura apresentada pelo MEC, com seus objetivos, metas e estratégias, é apoiada. Essa organização fica mais didática para o entendimento do projeto.

✓ Quatro princípios devem ser considerados no PNE, sendo o primeiro a autonomia do setor educacional privado, respeitando a regulação e as diretrizes dos



SENADO FEDERAL

conselhos estaduais de educação, permitindo o desenvolvimento de iniciativas sem dependência do setor público.

✓ O segundo princípio é a participação ativa do setor privado na construção das estratégias do PNE, consideradas o "coração" do plano, por impactarem diretamente o cotidiano da sala de aula, tanto nas escolas públicas quanto particulares.

✓ O terceiro princípio é a participação do setor privado nas métricas de avaliação do PNE. A ausência de métricas específicas para escolas particulares dificulta a mensuração do avanço e da contribuição dessas instituições no plano.

✓ Atualmente, avaliações como o Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb são censitárias no setor público e amostrais no privado, o que limita a visão sobre os pontos de melhoria do setor particular. Assim, é solicitado que as métricas incluam a participação efetiva das escolas particulares.

✓ As estratégias para o setor privado podem ser diferentes e discutidas de forma republicana. Mencionou o pedido histórico do Pró-Básico, que conta com Projetos de Lei de autoria dos Senadores Izalci e Dorinha, além do apoio do MEC. Sugere-se aproveitar as discussões realizadas com o Parlamento, em vez de criar um PL, oferecendo apoio para avançar na questão, com o portfólio das discussões acumuladas ao longo dos anos.

✓ O setor privado de educação, especialmente o de educação básica, pode colaborar no cálculo da qualidade por aluno. A diversidade das escolas em municípios pequenos e grandes permite uma leitura clara sobre a qualidade educacional. A Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) acompanha a capilaridade da escola particular no Brasil, o que permite essa contribuição.

✓ A reforma tributária mantém a neutralidade da alíquota do setor educacional, sem descontos, mas sem aumento. A alíquota anterior, de 9% para 12,5%, foi ajustada no texto atual, em discussão com o Senador Eduardo Braga, garantindo essa neutralidade, o que foi uma vitória para o setor.

Principais recomendações da convidada:

✓ Sobre o Pró-Básico, sugeriu aproveitar as discussões realizadas com o Parlamento, em vez de criar um PL. Ofereceu apoio para avançar na questão, apresentando o portfólio das discussões acumuladas ao longo dos anos.

✓ As estratégias e métricas devem incluir a participação efetiva das escolas particulares.

✓ O setor privado de educação, especialmente o de educação básica, pode colaborar no cálculo da qualidade por aluno, considerando a diversidade das escolas em municípios pequenos e grandes.



SENADO FEDERAL

Arnaldo Cardoso Freire, 1º Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN)

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ Em 2010, o Ministro da Educação em exercício, Haddad, solicitou à comissão organizadora do Fórum Nacional de Educação que apresentasse o PNE em três instituições: no Conselho Nacional de Educação, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e na Comissão de Educação do Senado. Naquela época, houve um atraso na propositura do PNE devido à falta de movimentação das entidades.

✓ Diante do atraso na iniciativa de proposição, foi necessária a prorrogação do PNE, o que levanta a preocupação de que esse novo programa possa não ser aprovado em menos de três anos.

✓ A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem) completa 80 anos em 2024, sendo uma das instituições mais antigas do Brasil, dedicada à defesa da escola particular.

✓ A diretriz do art. 3º do PNE é relevante, pois reflete o respeito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar cultura, pensamento, arte e saberes, com base no pluralismo de ideias. A defesa da escola particular não se concentra em questões financeiras, mensalidades ou ganhos privados, mas sim na valorização do pluralismo e na liberdade educacional, conforme expresso no artigo.

✓ O Objetivo 7 do PNE visa "promover a educação digital para o uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias da informação e da comunicação para o exercício da cidadania". Nesse contexto, destaca-se a atual revolução na educação global, iniciada em novembro de 2022, com o advento de tecnologias como o ChatGPT e a inteligência artificial.

✓ As mudanças na educação estão ocorrendo de forma rápida, dinâmica e contínua, resultando um cenário educacional completamente diferente do passado. Embora a promoção da educação digital no PNE seja considerada como uma iniciativa positiva, a meta de garantir conectividade de alta velocidade em apenas 50% das escolas públicas de educação básica até o quinto ano é considerada insuficiente.

✓ Com 92% da população brasileira vivendo em áreas urbanas e menos de 8% na zona rural, a falta de acessibilidade e internet é fator inadmissível. Sugeriu que as metas precisam ser abordadas de forma consistente, alinhadas com os avanços conforme a atualidade tecnológica.



SENADO FEDERAL

✓ Destacou a estrutura delineada do PNE, que aborda problemáticas atuais, como meio ambiente e sustentabilidade.

Principais recomendações do convidado:

✓ Expandir o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos de graduação, reduzindo desigualdades e promovendo a inclusão, com a meta de elevar o número de concluintes nas instituições de ensino superior para 1.650.000 de titulações anuais, sendo pelo menos 300.000 dessas no segmento público.

✓ Ampliar o percentual de docentes em tempo integral nas instituições de ensino superior para 70%, garantindo, no mínimo, 50% em cada categoria administrativa, seja ela pública, privada ou comunitária.



SENADO FEDERAL

PERGUNTAS

MATHEUS de São Paulo

Como poderemos garantir que todas as crianças brasileiras tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua localização?

JOYCE do Goiás

Qual a abordagem do novo PNE para a educação inclusiva?

ANA do Paraná

O acesso ao aprendizado nas áreas artísticas estará disponível para todos?

ANISIO do Ceará

Como o PNE vai integrar os diferentes níveis de ensino de modo a aperfeiçoar a formação dos estudantes?



SENADO FEDERAL

PERGUNTAS

ELEDI do Paraná

Como o PNE 2024-2034 enfrentará os desafios de um ensino que necessita de mais espaço para abordar a preservação e a sustentabilidade?

ADELGÍCIO de Minas Gerais

Considero que o processo educativo é basicamente transferencial e o papel do professor é primordial. Como valorizar a função do professor?

JULIANA do Distrito Federal

Quais metas serão incluídas no PNE 2024-2034 a fim de combater violências de gênero, raciais e outras de caráter discriminatório?

ANA da Bahia

O PNE 2014-2024 não conseguiu erradicar o analfabetismo no país. O que falhou no



SENADO FEDERAL

cumprimento da meta e como superar isso no novo PNE?

PERGUNTAS

DANIELA do Rio Grande do Sul

O novo PNE vai abrir espaço nos currículos para trabalhar as emoções com os estudantes?

COMENTÁRIOS

FILIPE do Ceará

Os alunos que enfrentam problemas de ansiedade terão um outro olhar? Pergunto isso por ver no ensino integral uma fábrica de ansiedade.

HANAH de São Paulo

Um dos maiores desafios da escola pública é a superlotação. O que será feito para resolver esse problema que afeta a qualidade do ensino?



SENADO FEDERAL

TELMA de Minas Gerais

O uso indiscriminado de celulares pelos alunos dentro da escola tem um impacto negativo na aprendizagem. O que é proposto para essa demanda?

BRUNA do Paraná

Quais são as metas e estratégias referentes à ampliação da oferta de vagas nas creches em instituições de Educação Infantil?

RICARDO do Rio de Janeiro

Há plano de inclusão de idosos ou pessoas fora da faixa etária tradicional?

ALEXANDRO de São Paulo

No tocante à educação especial, no ponto de vista de pessoas no espectro autista, o que muda sobre o ensino técnico para tais demandas?



SENADO FEDERAL

PERGUNTAS

MARIA do Mato Grosso

Como o novo PNE propõe a ampliação da educação em tempo integral e o uso da educação digital? Quais impactos esperados dessas políticas?

COMENTÁRIOS

NOELMA do Distrito Federal

Para prevenir o adoecimento docente, inserir estratégias de gestão da Qualidade de Vida no Trabalho, previsto na OIT 1981 e na Lei 14.682/23.

ALEXSANDRO do Rio de Janeiro

Garantia da Lei nº 11.738/08. Várias cidades e estados invalidam as carreiras, pagando apenas complementos para níveis iniciais.



SENADO FEDERAL

ERIKA do Pará

Sugiro incluir a história e a luta dos povos indígenas de forma mais significativa no PNE, garantindo o reconhecimento e o valor que merecem.